

FRUSAPAR PARTICIPAÇÕES S. A.				Relatório da Administração																																								
CNPJ 09.195.244/0001-41				Senhores Acionistas: Atendendo dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024, ficando desde já à disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Lajeado (RS), 20 de março de 2025. A Diretoria																																								
Demonstrações Financeiras Encerradas em 31.12.2024 e 31.12.2023 (Valores expressos milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																																												
(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras)																																												
Balço Patrimonial				Demonstração do Resultado em 31 de dezembro																																								
ATIVO		PASSIVO																																										
Nota	Controladora	Consolidado	Nota	Controladora	Consolidado	Nota	Controladora	Consolidado																																				
2024	2023	2024	2024	2023	2024	2024	2023	2023																																				
CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE				RECEITA LÍQUIDA																																				
Caixa e equiv. de caixa	6	62	58	52.465	85.894	18	-	627.819	468.018																																			
Clientes	5	-	-	99.444	80.658	19	-	(274.977)	(209.166)																																			
Estoque	7	-	-	61.821	39.093	LUCRO BRUTO		-	352.842																																			
Adiantamentos	-	-	-	2.397	1.704	19	-	(143)	(217.828)																																			
Impostos a recuperar	8	1	-	8.601	11.253	Despesas gerais e administrativas		19	(57.775)																																			
Dividendos a receber	-	-	-	-	-	9	53.765	39.431	158.843																																			
Outros créditos	-	-	-	-	-	Outros resultados operacionais		21	4.115																																			
NAO CIRCULANTE	247.863	207.068	374.720	280.003	280.003	LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANC.		20	2																																			
Aplicação financeira	5	-	-	790	255	Resultado Financeiro Líquido		20	2																																			
Depósitos judiciais	14	-	-	1.223	1.731	RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES		53.624	39.271																																			
Impostos a recuperar	8	-	-	7.259	6.348	Impos de Renda e Contrib. Social		15	(1)																																			
Propriedade p/ investimento	-	-	-	1.012	968	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		53.623	39.283																																			
Investimentos	9	247.863	207.068	32	25	Lucro líquido por ação em R\$		11,35	8,31																																			
Imobilizado	10	-	-	364.273	270.545	Demonstração do resultado abrangente																																						
Intangível	-	-	-	131	131	Lucro líquido do exercício																																						
TOTAL DO ATIVO	260.695	216.407	605.151	605.151	505.168	Resultado abrangente total do exercício																																						
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.				Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro																																								
Eventos		Reserva de Lucros p/Expansão		Reserva de Dividendos		Lucros acumulados		Total																																				
Saldos em 31/12/2022		Capital Social		Reserva de Lucros p/Expansão		Reserva de Dividendos		Lucros acumulados																																				
Aumento de capital social		127.644		16.533		3.307		180.424																																				
Lucro líquido do exercício		17.693		(16.533)		-		-																																				
Reserva Legal		-		-		-		-																																				
Dividendos Mínimos		-		-		-		-																																				
Dividendo adicional proposto		-		-		-		-																																				
Reserva para expansão		-		27.989		-		-																																				
Saldos em 31/12/2023		145.337		31.780		1.964		212.668																																				
Aumento de capital social		29.953		(1.964)		-		-																																				
Lucro líquido do exercício		-		-		-		-																																				
Reserva legal		-		-		-		-																																				
Dividendos mínimos		-		-		-		-																																				
Dividendo adicional proposto		-		-		-		-																																				
Reserva para expansão		-		-		-		-																																				
Saldo em 31/12/2024		175.290		31.780		2.681		255.599																																				
Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022																																												
NOTA 01. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA																																												
A Frusapar Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na RCD BR 386, Km 346, s/n, no Bairro Hidráulica em Lajeado - RS, fundada em 01/11/2007, caracterizada como holding, tendo como objeto social a participação em capital de outras sociedades.																																												
A Administração entende que não houve eventos e transações que tenham impacto relevante na performance operacional que devam ser consideradas em divulgações adicionais de notas explicativas, além daquelas já existentes, também não vislumbra impactos que possam afetar a continuidade das operações e dos negócios. Em 24 de abril de 2024 foi deliberado em AGOE, a alteração da razão social da Controladora que deixa de ser Bebidas Fruki S.A. e passa a ser Fruki Bebidas S.A.																																												
NOTA 02. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																												
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões e normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. Com o objetivo de obter melhor a apresentação e manter a comparabilidade dos saldos, alguns valores do exercício anterior foram reclassificados para uma melhor comparabilidade. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2025.																																												
NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS																																												
a) Consolidação																																												
As demonstrações financeiras consolidadas, compreendem as demonstrações financeiras das Empresas controladas relacionadas abaixo:																																												
		2024	2023																																									
Bebidas Fruki S.A.		100%	100%																																									
Bela Vista Participações Societárias S.A.		100%	100%																																									
As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as normas expedidas pelo CPC. Para a consolidação, os seguintes critérios foram adotados: (i) eliminação das participações entre empresas incluídas na consolidação e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial; (ii) eliminação dos resultados provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos e (iii) o valor da participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício.																																												
b) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira																																												
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.																																												
c) Caixa e equivalentes de caixa																																												
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".																																												
d) Clientes																																												
Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.																																												
e) Estoques																																												
Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: <i>Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção</i> - custo de aquisição segundo o custo médio.																																												
<i>Produtos acabados e em elaboração</i> - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.																																												
f) Investimento																																												
Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Com base nesse método o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na investida. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. As participações societárias nas controladas são demonstradas na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas daquelas empresas.																																												
g) Imobilizado																																												
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imo-																																												
bilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, mencionadas na Nota 10. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Em novembro de 2023 a Companhia iniciou a revisão da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado da Unidade de Paverama da Controlada Fruki Bebidas S.A. e os novos prazos foram implementados em abril de 2024, conforme Laudo 229/2023.																																												
h) Arrendamento																																												
Ativos de direito de uso																																												
A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.																																												
Passivo de arrendamento																																												
Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia, os pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início por taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.																																												
Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor																																												
Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.																																												
i) Propriedades para investimento																																												
Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é reconhecida ao método do custo que compreende o seu preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado.																																												
j) Teste de recuperabilidade dos ativos																																												
A Administração revisa periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.																																												
k) Reconhecimento da receita																																												
O CPC 47- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: Venda de produtos A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre as mercadorias vendidas. Receita de juros Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que descarta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.																																												
l) Obrigações tributárias																																												
Impostos sobre vendas Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Impostos e contribuições</th> <th>Siglas</th> <th>Varejista</th> <th>Distribuidor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Programa de Integr. Social</td> <td>PIS</td> <td></td> <td>1,65 / 1,86%</td> <td>1,65% / 2,32%</td> </tr> <tr> <td>Contrib. para Seguridade Social</td> <td>COFINS</td> <td></td> <td>7,6% / 8,54%</td> <td>7,6% / 10,88%</td> </tr> <tr> <td>Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços</td> <td>ICMS-Interno</td> <td></td> <td>17,00% a 25,00%</td> <td>17,00% a 25,00%</td> </tr> <tr> <td></td> <td>ICMS-Interestadual</td> <td></td> <td>12,00%</td> <td>12,00%</td> </tr> <tr> <td></td> <td>FCP-cerveja (RS)</td> <td></td> <td>2,00%</td> <td>2,00%</td> </tr> <tr> <td>Imposto s/Produtos Indust.</td> <td>IPI</td> <td></td> <td>0,98% a 2,93%</td> <td>1,30% a 3,90%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.</p> <p>Imposto de renda e contribuição social - Corrente A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia e de sua controlada Bela Vista foram calculadas pela sistemática do "Lucro Presumido". A base de cálculo para o imposto de renda é determinada mediante a aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta auferida no período, sobre a base de cálculo social e a alíquota adicional de 10% sobre o excedente da base de cálculo ao valor resultante da multiplicação de R\$20 pelo número de meses do respectivo período de apuração, enquanto a base para a contribuição social, é determinada mediante a aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta auferida no período, sobre a base de cálculo social e a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. A apuração do imposto de renda e da contribuição social da controlada Fruki Bebidas S.A. foi calculada pela sistemática do "Lucro Real". O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%. Acrescentado adicionalmente de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.</p> <p>Imposto de renda e contribuição social - diferidos Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável para o período de impostos diferidos seja suficiente para absorver tais diferenças, exceto quando o imposto diferido ativo ou passivo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.</p> <p>m) Instrumentos financeiros Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de instrumentos financeiros classificados como empréstimos e financiamentos no resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e financiamentos. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.</p> <p>Instrumentos financeiros derivativos O grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de câmbio e de commodities, para proteger-se contra seus riscos de oscilação dos valores. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.</p> <p>n) Subvenções governamentais Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando a Companhia e/ou suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.</p> <p>o) Provisões As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor da provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.</p> <p>p) Novas normas de contabilidade Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 referente a novas normas ou alterações de normas contábeis vigentes a partir deste exercício. Não existem novas normas emitidas ou alterações de normas vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia.</p>										Impostos e contribuições		Siglas	Varejista	Distribuidor	Programa de Integr. Social	PIS		1,65 / 1,86%	1,65% / 2,32%	Contrib. para Seguridade Social	COFINS		7,6% / 8,54%	7,6% / 10,88%	Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ICMS-Interno		17,00% a 25,00%	17,00% a 25,00%		ICMS-Interestadual		12,00%	12,00%		FCP-cerveja (RS)		2,00%	2,00%	Imposto s/Produtos Indust.	IPI		0,98% a 2,93%	1,30% a 3,90%
Impostos e contribuições		Siglas	Varejista	Distribuidor																																								
Programa de Integr. Social	PIS		1,65 / 1,86%	1,65% / 2,32%																																								
Contrib. para Seguridade Social	COFINS		7,6% / 8,54%	7,6% / 10,88%																																								
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ICMS-Interno		17,00% a 25,00%	17,00% a 25,00%																																								
	ICMS-Interestadual		12,00%	12,00%																																								
	FCP-cerveja (RS)		2,00%	2,00%																																								
Imposto s/Produtos Indust.	IPI		0,98% a 2,93%	1,30% a 3,90%																																								
>>>> Continua																																												

FRUSAPAR PARTICIPAÇÕES S. A. - CNPJ 09.195.244/0001-41 - Demonstrações Financeiras Encerradas em 31.12.2024 e 31.12.2023				>>>>> Continuação	
<p>A Controlada Fruki Bebidas S.A. gozou de incentivos fiscais de ICMS na forma na forma do Programa Integrar/RS de 43,17% sobre o incremental real de ICMS devido pelo estabelecimento, relativamente às operações com mercadorias de produção própria, ficando limitado ao montante investido na planta industrial da Unidade de Lajeado, conforme Termo de Ajuste nº 77/2023 emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Planejamento, Governança E Gestão, no valor total 253 UIF/RS, e estava limitado pelo período máximo de 78 meses (início em 01/2024 até 06/2030), ficando condicionado ao atingimento da I - média mensal do faturamento bruto de 1.106.485,11 UIF/RS, sendo essa média ajustada devido ao faturamento concentrado em períodos específicos, II - valor da base mensal de ICMS para fins de ICMS incremental mensal, de 162 UIF/RS e III - média de empregos diretos a ser considerada a regularidade é de 818 (oitocentos e dezoito). A Controlada Fruki Bebidas S.A. gozou de incentivos fiscais de ICMS na forma na forma do Programa Integrar/RS de 66,40% sobre o incremental real de ICMS devido pelo estabelecimento, relativamente às operações com mercadorias de produção própria, ficando limitado ao montante investido na planta industrial da Unidade de Paverama, conforme Termo de Ajuste nº 41/2024 emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Planejamento, Governança E Gestão, no valor total 6.159 UIF/RS, e estava limitado pelo período máximo de 84 meses (início em 09/2024 até 08/2031), ficando condicionado ao atingimento da I - média mensal do faturamento bruto de 1.039 UIF/RS, sendo essa média ajustada devido ao faturamento concentrado em períodos específicos, II - valor da base mensal de ICMS para fins de ICMS incremental mensal, de 162 UIF/RS e III - média de empregos diretos a ser considerada a regularidade é de 825 (oitocentos e dezoito). O benefício é apropriado mensalmente, quando atingido os gatilhos. Em fevereiro/2024 a Controlada Fruki Bebidas S.A. começou a fruir o incentivo pela unidade de Lajeado e em outubro/2024 pela unidade de Paverama. O montante de incentivos fiscais apropriado no resultado do grupo de receita de venda, foi de R\$8.583 (R\$5 em 2023). A partir do ano de 2023 foi concedida a Controlada Fruki Bebidas S.A. a concessão de aluguel através do Contrato de Concessão de Incentivo Econômico n.064/2022 da Prefeitura Municipal de Osório Em 2024 foi concedido a título de subvenção o montante de R\$334(R\$330 em 2023).</p>					
NOTA 20. RESULTADO FINANCEIRO					
	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Despesas financeiras					
Juros Incorridos	-	-	(14.129)	(5.631)	regularmente. A política de crédito da Companhia e suas controladas considera o nível de risco que está disposto a aceitar no curso normal dos seus negócios. A diversificação da sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são os procedimentos adotados para minimizar os problemas de possíveis inadimplências em suas contas a receber.
Despesas bancárias	(3)	(2)	(61)	(682)	b) <i>Risco de liquidez</i>
Descontos Concedidos	-	-	(1)	(1)	A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa suficiente e investimentos de curto prazo, a disponibilidade de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições no mercado.
Multas de mora	-	-	(71)	(51)	c) <i>Risco de moeda</i>
Variáveis monetárias passivas	-	-	(169)	(410)	O resultado das operações da Companhia e suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das contas a pagar está vinculado a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, a Companhia pode contratar instrumentos de hedge derivativos ("swap").
Despesas com IOF	-	-	(193)	(42)	d) <i>Risco de taxas de juros</i>
Resultados negativo de derivativos	-	-	(1)	-	A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP e a Selic. As taxas estão divulgadas na Nota 12.
Outras despesas financeiras	-	-	(1.352)	(109)	NOTA 23. GESTÃO DE CAPITAL
	(3)	(2)	(15.977)	(6.926)	Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
Receitas financeiras					NOTA 24. COBERTURA DE SEGUROS
Descontos obtidos	-	-	242	529	A Companhia e suas controladas adotam política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:
Juros recebidos ou auferidos	-	-	1.372	1.229	
Rendimentos de aplicações	5	20	8.674	7.856	
Varição monetária créditos tribut. PIS Cofins (vide nota 8)	-	-	-	96	
Varição monetária cred. tribut. previd. (vide nota 8)	-	-	788	1	
Varição monetária s/habilitação créditos IRPJ e CSLL	-	-	96	115	
Varição monetária s/habilitação IPI	-	-	338	180	
Varição monetária s/habilitação ICMS	-	-	-	1.488	
Varição cambial ativas	-	-	368	125	
Varição monetárias ativas	-	-	-	4	
Resultado financeiro líquido	5	20	11.878	11.148	
	2	18	(4.099)	4.222	
NOTA 21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Outras despesas operacionais	-	-	(4.323)	(7.426)	
Outras receitas operacionais	-	-	1	4.293	
Outras receitas sobre créditos previdenciários (vide nota 8)	-	-	-	1.005	
Outras receitas sobre créditos tributários ICMS s/ativos de giro	-	-	-	4.078	
Outras receitas sobre créditos tributários IPI (vide nota 8)	-	-	912	1.167	
Crédito fiscal presumido IRPJ (vide nota 17)	-	-	2.228	-	
Outras receitas tributárias	-	-	-	26	
	-	-	1	4.115	
NOTA 22. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO					
Fatores de risco financeiro					
As atividades da Companhia e suas controladas expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Administração se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.					
a) <i>Risco de crédito</i>					
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. A utilização de limites de crédito é monitorada					
contuio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.					
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.					
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.					
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.					
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.					
Porto Alegre, 11 de março de 2025.					
ERNST & YOUNG					
Auditores Independentes S.S.					
CRC SP015199/F					
Raquel Laguna Zambelli Carqueira					
Contadora CRC-RS069287/O-5					

FRUSAPAR PARTICIPAÇÕES S. A. - CNPJ 09.195.244/0001-41 - Demonstrações Financeiras Encerradas em 31.12.2024 e 31.12.2023				>>>>> Continuação	
<p>A Controlada Fruki Bebidas S.A. gozou de incentivos fiscais de ICMS na forma na forma do Programa Integrar/RS de 43,17% sobre o incremental real de ICMS devido pelo estabelecimento, relativamente às operações com mercadorias de produção própria, ficando limitado ao montante investido na planta industrial da Unidade de Lajeado, conforme Termo de Ajuste nº 77/2023 emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Planejamento, Governança E Gestão, no valor total 253 UIF/RS, e estava limitado pelo período máximo de 78 meses (início em 01/2024 até 06/2030), ficando condicionado ao atingimento da I - média mensal do faturamento bruto de 1.106.485,11 UIF/RS, sendo essa média ajustada devido ao faturamento concentrado em períodos específicos, II - valor da base mensal de ICMS para fins de ICMS incremental mensal, de 162 UIF/RS e III - média de empregos diretos a ser considerada a regularidade é de 818 (oitocentos e dezoito). A Controlada Fruki Bebidas S.A. gozou de incentivos fiscais de ICMS na forma na forma do Programa Integrar/RS de 66,40% sobre o incremental real de ICMS devido pelo estabelecimento, relativamente às operações com mercadorias de produção própria, ficando limitado ao montante investido na planta industrial da Unidade de Paverama, conforme Termo de Ajuste nº 41/2024 emitido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Fazenda e Secretaria de Planejamento, Governança E Gestão, no valor total 6.159 UIF/RS, e estava limitado pelo período máximo de 84 meses (início em 09/2024 até 08/2031), ficando condicionado ao atingimento da I - média mensal do faturamento bruto de 1.039 UIF/RS, sendo essa média ajustada devido ao faturamento concentrado em períodos específicos, II - valor da base mensal de ICMS para fins de ICMS incremental mensal, de 162 UIF/RS e III - média de empregos diretos a ser considerada a regularidade é de 825 (oitocentos e dezoito). O benefício é apropriado mensalmente, quando atingido os gatilhos. Em fevereiro/2024 a Controlada Fruki Bebidas S.A. começou a fruir o incentivo pela unidade de Lajeado e em outubro/2024 pela unidade de Paverama. O montante de incentivos fiscais apropriado no resultado do grupo de receita de venda, foi de R\$8.583 (R\$5 em 2023). A partir do ano de 2023 foi concedida a Controlada Fruki Bebidas S.A. a concessão de aluguel através do Contrato de Concessão de Incentivo Econômico n.064/2022 da Prefeitura Municipal de Osório Em 2024 foi concedido a título de subvenção o montante de R\$334(R\$330 em 2023).</p>					
NOTA 19. DESPESAS POR NATUREZA					
O detalhamento da demonstração do resultado por função e natureza é assim demonstrado:					
Despesas por função	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Custo dos produtos vendidos	-	-	(274.977)	(209.166)	
Despesas de vendas	-	-	(217.828)	(159.643)	
Despesas gerais e administrativas	(143)	(161)	(57.275)	(48.614)	
	(143)	(161)	(550.080)	(417.423)	
Despesas com vendas					
Despesas com pessoal	-	-	(71.427)	(59.105)	
Despesas com fretes	-	-	(43.483)	(30.368)	
Despesas com marketing e propaganda	-	-	(29.821)	(22.603)	
Despesas com serviços de terceiros	-	-	(21.626)	(14.155)	
Depreciação/amortização	-	-	(10.657)	(8.217)	
Outras despesas	-	-	(40.814)	(25.195)	
Despesas Gerais e Administrativas	(143)	(161)	(57.275)	(48.614)	
Despesas com pessoal	(117)	(134)	(34.769)	(28.780)	
Despesas com licenciamentos e softwares	-	-	(10.918)	(9.071)	
Depreciação/amortização	-	-	(1.090)	(677)	
Outras despesas	(26)	(27)	(10.498)	(10.086)	
Custos dos Produtos Vendidos					
Despesas com pessoal	-	-	(274.977)	(209.166)	
Depreciação/amortização	-	-	(31.934)	(22.165)	
Gastos gerais de fabricação	-	-	(11.819)	(5.794)	
Material	-	-	(31.102)	(19.505)	
	-	-	(200.122)	(161.702)	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras					
relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.					
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.					
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas					
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas					
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.					
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:					
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e procedemos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,					

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/4437-6625-246D-02DA> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4437-6625-246D-02DA



Hash do Documento

C85BB3543922683EB79C960F7B9B23099E876B5A7A9E139C6619E8F2E8B0ED40

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2025 é(são) :

- Adair Gilberto Weiss (Diretor Executivo) - 04.280.850/0001-41 em
14/04/2025 16:30 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL A HORA LTDA -
04.280.850/0001-41

